

DECISÃO N° 2529327, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

DECISÃO DE NÃO RETRATAÇÃO

EM FACE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 25351.329496/2021-84

Autuada: B2W COMPANHIA DIGITAL

AIS n.: 1430872210

Expediente do Recurso n.: 4939616223

Vieram os presentes autos a esta Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações Sanitárias para análise recursal, em atenção ao disposto no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ao art. 9º e parágrafos c/c o art. 11, §1º, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, que estabelecem que o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à avaliação da autoridade superior.

Condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), a autuada apresentou o recurso tempestivo via sistema Solicita (conforme documento de fl. 29), no qual, pelos motivos ali expostos, requereu o não prosseguimento da autuação.

Inicialmente, cumpre-me ressaltar que não observo nos autos a ocorrência da prescrição em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Ao exame dos autos, verifico que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade recursais previstos no art. 6º da Resolução - RDC nº 266, de 2019. No entanto, em análise ao processo e às alegações apresentadas pela autuada, não verifico elementos que ensejem a revisão da decisão proferida, tanto no que se refere à legalidade dos documentos processuais, quanto no que diz respeito ao mérito da infração que lhe é imputada.

Acerca da devolução de prazo em razão do não recebimento das cópias solicitadas, compulsando os autos observo que as cópias foram solicitadas no dia 10/11/22, quando já havia transcorridos 15 dias da Notificação da Decisão de 1ª instância, ocorrida no dia 26/10/2022. Observo ainda que as referidas cópias foram encaminhadas no dia 16/11/2022 (fls. 37/39), portanto, dentro prazo de 5 dias úteis previstos na norma, pois a Recorrente informou que seria para fundamentação de recurso.

Como a Recorrente foi notificada da Decisão no dia 26/10/2022 (fl. 27) e teria prazo até o dia 15/11/2022 para apresentação de recurso tempestivamente, e, considerando que houve demora na realização do pedido por parte da Recorrente a solicitação de abertura de prazo é improcedente.

Acerca da alegação de que a lei 6.437/77 não conceitua o que vem a ser propaganda, destaco que o objeto do presente AIS não é a propaganda, mas, a participação da Recorrente na divulgação dos produtos dispostos no AIS em questão, contrariando objetivamente a legislação sanitária, além do descumprimento de ordem emanada deste órgão sanitário.

Em que pese ter ressaltado anteriormente quanto a não observação da ocorrência de prescrição, é oportuno destacar que a Lei nº 6.437, de 1977, prevê dois tipos, a genérica (§2º do art. 2º) que autoriza a dobra da multa e a reincidência específica que autoriza o enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima (art. 8º, inciso I e parágrafo único). No caso, a reincidência considerada foi a genérica, a qual não traz qualquer exigência para fins de sua caracterização, não interessando se a infração antecedente e a subsequente possuem a mesma natureza.

Nesse diapasão, entendo que a Decisão recorrida em nada violou a razoabilidade ou a proporcionalidade, como alega a Recorrente.

Desse modo, conheço do recurso interposto e, por não acolher os argumentos oferecidos pela autuada, mantenho a decisão anteriormente proferida.

Encaminhem-se os autos à Gerência-Geral de Recursos para julgamento em segunda instância administrativa, nos termos do art. 3º da Resolução - RDC nº 266, de 2019.

TIAGO ALVES DE CARVALHO

Autoridade julgadora – Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações
Sanitárias
CAJIS/DIRE4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Alves de Carvalho, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 20/09/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2529327** e o código CRC **6593CEEB**.
